

Terça-feira, 12 de Maio de 2026



Diário Oficial Cesário Lange

Sumário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE - SP	2
Leis Municipais	2
Licitações - Extrato de Contrato	17
Notificações	18

MAIO DE 2026

Diário Oficial

Edição nº LXXXIV/2026

EXPEDIENTE

O Diário Oficial de Cesário Lange é uma publicação sob a responsabilidade das entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Cesário Lange.

Demais edições do Diário Oficial Eletrônico de Cesário Lange poderão ser consultadas por meio do endereço eletrônico:
<https://ecriediariooficial.com.br/cesariolange>.

As consultas são de acesso gratuito e não necessitam de qualquer realização de cadastro.

Prefeitura Municipal de Cesário Lange

CNPJ: 46.634.572/0001-23

Endereço: Praça Pe. Adolfo Testa, 651 - Centro. Cesário Lange/SP

Telefone: (15) 3246 - 8600

Site: <https://www.cesariolange.sp.gov.br>

Câmara Municipal de Cesário Lange

CNPJ: 54.329.545/0001-75

Endereço: Avenida 3 de Maio, 1368 - Centro. Cesário Lange/SP

Telefone: (15) 3246-1213

Site:

<https://www.camaracesariolange.sp.gov.br>

LEI COMPLEMENTAR Nº 143/2026**DE 12 DE MAIO DE 2026****(Projeto de Lei Complementar nº 02/2026)****(Autor: Poder Executivo)**

“INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E COMPETITIVIDADE DE CESÁRIO LANGE (PRODECE), ESTABELECE AS DIRETRIZES NORMATIVAS PARA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS MATERIAIS E FISCAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CESÁRIO LANGE**, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação federal pertinente;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cesário Lange aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES**

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Cesário Lange, o Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico e Competitividade (PRODECE), com a finalidade precípua de fomentar a atração de capitais, a implantação, a modernização, a expansão física e a reativação de empreendimentos de natureza industrial, logística, comercial, tecnológica e prestadores de serviços de alto valor agregado no território municipal.

Art. 2º A condução, o deferimento de benefícios e o monitoramento do PRODECE reger-se-ão, sob pena de nulidade, pelos seguintes princípios e diretrizes fundamentais:

I - obediência e adequação estrita aos parâmetros de responsabilidade fiscal e responsabilidade intergeracional previstos no art. 14 e art. 14-A da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

II - garantia de uma transição fiscal segura e a harmonização dos incentivos locais frente às diretrizes de implantação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e do novo Sistema Tributário Nacional consolidado na Emenda Constitucional nº 132/2023;

III - fomento contínuo à inovação tecnológica, à preservação dos recursos naturais e à mitigação de passivos ecológicos pré-existentes nas zonas industriais e rodoviárias;

IV - aproveitamento racional e estratégico dos eixos e corredores logísticos que interceptam o município, notadamente a integração com as rodovias, Presidente Castello Branco (SP-280), Floriano de Camargo Barros (SP-143), Mario Batista Mori (SP-141), em áreas de expansão urbana ou industrial, conforme definidos em lei.

Art. 3º Para os efeitos analíticos e de enquadramento da presente Lei Complementar, considera-se:

I - **Empresa Beneficiária:** a pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída sob as leis brasileiras, previamente habilitada e aprovada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (COMDEC), que venha a se instalar, promover expansão de sua capacidade instalada ou realocar sua planta matriz ou filial para os Distritos Industriais ou Comerciais do Município, de natureza pública ou privada;

II - **Incentivos Econômicos e Materiais:** o conjunto de ações, subsídios diretos e dispêndios não tributários patrocinados pelo erário municipal, tais como a doação de bens imóveis com encargos resolutivos, a outorga de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de áreas públicas, a execução direta ou indireta de infraestrutura básica e os investimentos coparticipativos na qualificação de mão de obra;

III - **Incentivos Fiscais:** a desoneração ou isenção, parcial ou total, de tributos e encargos municipais,

compreendendo incentivos de natureza patrimonial, incidentes sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), bem como incentivos de natureza não patrimonial, consistentes na isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e de taxas e emolumentos municipais.

IV - Plano de Metas de Desempenho: o instrumento contratual anexo ao termo concessivo que estabelece parâmetros objetivos e quantificáveis impostos pela legislação federal (LC nº 224/2025), que vinculam a fruição do benefício à comprovação de atingimento de indicadores de faturamento (dimensão econômica), geração de empregos formais diretos (dimensão social) e sustentabilidade comprovada (dimensão ambiental).

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO

Art. 4º Os incentivos previstos nesta Lei serão concedidos às pessoas jurídicas que atendam, cumulativamente, aos seguintes critérios:

I – não desenvolver atividade prejudicial ao meio ambiente, adotando as medidas necessárias para evitar toda e qualquer forma de poluição ambiental;

II – edificação correspondente a área construída mínima a ser definida pelo COMDEC para cada projeto específico, levando-se em conta a natureza da atividade, o porte do empreendimento, o capital a ser investido e a expectativa de faturamento, além de outros critérios técnicos estabelecidos em regulamento;

III - manutenção de quadro mínimo de pessoal conforme a atividade, observado:

a) no mínimo 10 (dez) empregados diretos ou indiretos para empreendimentos industriais, atacadistas, agroindustriais, centros de distribuição, operadores logísticos e instituições de ensino presencial;

b) no mínimo 5 (cinco) empregados diretos ou indiretos para empreendimentos de base tecnológica, serviços especializados, centros de inovação, prestação de serviços de saúde e demais atividades;

IV - contratação de mão de obra de residentes ou domiciliados neste município em percentual a ser definido pelo COMDEC para cada projeto específico, considerando a natureza da atividade, o porte do empreendimento, o capital a ser investido, a expectativa de faturamento e a disponibilidade de profissionais qualificados no mercado local, conforme critérios definidos em regulamento;

V - licenciamento de toda a frota de veículos da empresa neste município;

VI - Ausência de condenação, com trânsito em julgado, pelas práticas de crime ambiental, contra a relação de consumo, contra a administração pública, contra a ordem tributária e contra o sistema financeiro nacional;

VII - Estar regular com o fisco Federal, Estadual e Municipal, cuja comprovação se dará com a apresentação das respectivas certidões de regularidade.

VIII - faturar toda sua produção no Município de Cesário Lange;

IX - comprometer-se a eleger o domicílio fiscal no território do Município de Cesário Lange, salvo por impossibilidade legal declarada pelo fisco;

X - início das obras em até 180 (cento e oitenta) dias da aprovação do projeto pela Prefeitura Municipal, e início das atividades empresariais no decurso de 2 (dois) anos após início das obras;

§1º Durante o prazo de até 2 (dois) anos para conclusão das obras e início das atividades empresariais, a exigência dos tributos municipais ficará suspensa, ficando isentos somente após a concessão definitiva.

§2º Mediante justificativa técnica e interesse público comprovado, o prazo de conclusão previsto no inciso X poderá ser prorrogado uma única vez, por até 2 (dois) anos, mediante deliberação do COMDEC e ratificação do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO III

DOS INCENTIVOS

Art. 5º Os incentivos econômicos, materiais, fiscais e patrimoniais previstos nesta Lei compreendem:

I – Isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) incidente sobre os imóveis (terrenos e área construída) onde se encontra instalada a planta produtiva, matriz ou centro de distribuição do empreendimento;

II – Isenção do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) originada de ato intervivos, aplicada exclusivamente sobre o fato gerador decorrente da aquisição originária ou transferência do imóvel com a finalidade expressa de implantação e edificação da estrutura física da empresa incentivada;

III – Isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, respeitada a alíquota mínima de 2% conforme LC nº 116/2003;

IV – isenção das taxas e emolumentos municipais atrelados aos serviços de aprovação de projetos arquitetônicos e de engenharia civil, expedição do respectivo habite-se, emissão de alvarás de construção, alvarás de funcionamento e licenças de localização para as obras e operações decorrentes da instalação do empreendimento.

V – execução, parcial ou integral, de infraestrutura urbana e acessibilidade, conforme projeto técnico aprovado;

VI – prioridade na análise a aprovação de projetos urbanísticos, edifícios e ambientais; e

VII – apoio institucional e técnico por meio dos órgãos competentes da Administração Municipal.

VIII - Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de imóveis públicos, condicionada à realização de prévio Chamamento Público ou Concorrência, nos termos da legislação federal de licitações e contratos vigente, visando a seleção da proposta ofereça a melhor contrapartida socioeconômica para o Município;

IX - desenvolvimento e o cofinanciamento ativo de planos de capacitação e ensino técnico-profissionalizante voltados à formação qualificada da mão de obra residente em Cesário Lange. Para tanto, fica a municipalidade autorizada a despender recursos visando a formalização de parcerias estratégicas, convênios de cooperação mútua ou repasses com as consolidadas instituições do "Sistema S" (SENAI, SENAC, SESI), polos universitários estaduais ou federais e fundações tecnológicas de fomento.

§1º - O montante total das isenções e benefícios fiscais concedidos anualmente no âmbito do PRODECE não poderá exceder o limite de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL) do Município, apurada no exercício anterior, sob pena de suspensão de novas concessões até o restabelecimento do equilíbrio fiscal.

§2º - Os incentivos previstos neste artigo, salvo o disposto no inciso VIII, serão concedidos pelo prazo de 10 (dez) anos, vigorando até o término do referido prazo ou até a sua revogação, caso verificado o descumprimento das condições e requisitos estabelecidos nesta lei.

Art. 6º. Os incentivos serão precedidos de processo administrativo e poderão ser concedidos isolada ou cumulativamente, com efeitos retroativos, a contar da data do requerimento.

Parágrafo único. As isenções tributárias não abrangem eventuais parcelas ou débitos relativos a tributos lançados em data anterior ao protocolo do pedido administrativo, nem multas de caráter moratório e punitivo, inclusive aquelas aplicadas por não atendimento a obrigações acessórias exigidas em lei.

CAPÍTULO IV

DO REGIME DE TRANSIÇÃO DO ISS PARA O IBS

Art. 7º Fica expressamente vedada, em reverência ao princípio da legalidade estrita, às diretrizes da Emenda Constitucional nº 132/2023 e aos mandamentos insculpidos na Lei Complementar nº 214/2025, a concessão unilateral pelo Município de qualquer modalidade de isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito outorgado ou presumido, moratória ou benefício financeiro-fiscal atinente ao futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) ou ao Imposto Seletivo (IS).

Art. 8º Excepcionalmente, e apenas no que tange de forma residual ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) cujo fato gerador ocorra dentro do período de transição autorizado pelo Congresso Nacional, o Município deverá observar o seguinte regramento de transitoriedade imperativa:

I - As empresas regularmente aprovadas no PRODECE que se instalarem ou expandirem operações até o final do exercício fiscal de 2028 poderão usufruir, desde que contempladas no respectivo Termo de

Compromisso, de alíquota reduzida de ISSQN a um patamar mínimo que não infrinja o limite de 2% (dois por cento), em obediência ao art. 8º-A da Lei Complementar nº 116/2003;

II - Compreendido o intervalo temporal que se inicia a partir do exercício financeiro de 2029 e perdura até o final do exercício de 2032, a eficácia da isenção ou da redução da alíquota do ISSQN será decrescente e passará por redução progressiva à razão de 10% (dez por cento) ao ano, conforme exigência constitucional indissociável da transição para o modelo do IBS;

III - Declarado o início do exercício financeiro em 1º de janeiro de 2033, consideram-se extintos de pleno direito, revogados, caducos e destituídos de qualquer eficácia jurídica todos e quaisquer incentivos fiscais deferidos com fulcro neste artigo no tocante à prestação de serviços, hipótese em que a tributação agregada do consumo passará à subordinação jurisdicional e competência exclusiva das regras de governança instituídas pelo Comitê Gestor do IBS, restando ao Município tão somente o acompanhamento das transferências constitucionais do fundo.

CAPÍTULO V

DO PROCEDIMENTO

Seção I

Do Protocolo de Intenções

Art. 9º As empresas interessadas deverão formular Protocolo de Intenções, endereçado à Secretaria Municipal de Governo e Planejamento, que será submetido à análise pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Competividade (COMDEC), para emissão de parecer, instruindo-se os autos obrigatoriamente e sequencialmente com as seguintes comprovações e documentações:

I - Requerimento formulado pela administração da pessoa jurídica pretendente, contendo:

- a) descrição detalhada da empresa e das atividades a serem desenvolvidas;
- b) indicação dos incentivos pretendidos;
- c) plano de investimentos e cronograma de implantação;
- d) estimativa de geração de empregos, com previsão de contratação de mão de obra local;
- e) indicação do número de veículos a serem licenciados ou com licenciamento neste município.

II – prova de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

III – atos constitutivos da empresa e posteriores alterações, devidamente registrados nos órgãos competentes;

IV – documentos pessoais dos sócios e administradores;

V - comprovação de idoneidade e de regularidade fiscal simultânea perante os três âmbitos da estrutura da Federação (União, Estado e Município), mediante apresentação de certidões negativas de débito, bem como a apresentação atestada de regularidade das contribuições trabalhistas e previdenciárias;

VI - Plano de Metas de Desempenho (consubstanciado nos parâmetros exigidos para as metas Econômicas, Sociais e de sustentabilidade e preservação Ambiental), tal como discriminado e disciplinado pelas imposições contidas no Artigo 4º desta Lei;

VII - cronograma físico-financeiro sequencial da evolução programada para as obras de implantação civil e instalação das máquinas e equipamentos correspondentes à planta;

VIII – Estudo de Impacto Ambiental, se houver, e medidas mitigadoras;

IX – Estimativa de consumo e gestão e recursos hídricos;

X – faturamento anual atual e/ou estimado, na hipótese de ampliação ou nova filial de empresa instalada no município, com cópias do balanço patrimonial e contábil, referente aos dois últimos exercícios financeiros, ou balancete se a pessoa jurídica estiver constituída a menos de 1 (um) ano.

XI - Certidão negativa de pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro dos últimos 60 (sessenta) dias, referentes aos últimos 5 (cinco) anos;

Seção II

Da Deliberação e Publicidade

Art. 10. Se o parecer emitido pelo COMDEC opinar favoravelmente à concessão dos benefícios, caberá ao Chefe do Poder Executivo a ratificação ou indeferimento.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Governo e Planejamento dará publicidade aos requerimentos protocolados e das respectivas deliberações, por meio do Diário Oficial Eletrônico Municipal.

Art. 12. O Poder Executivo fica obrigado a desenvolver, publicar e manter sistematicamente atualizado, em aba específica de forma consolidada no Portal da Transparência de Cesário Lange, um demonstrativo global dos incentivos materiais e fiscais em vigor, contendo, em formato de dados abertos:

I - a identificação pormenorizada (razão social e CNPJ) das Empresas Beneficiárias;

II - os quantitativos financeiros relativos à renúncia de receita envolvida, atualizados monetariamente;

III - o *status* periódico de adimplemento ou inadimplemento referente ao cumprimento do Plano de Metas de Desempenho.

CAPÍTULO VI

DO SISTEMA FISCALIZADOR, DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES E DAS EXIGÊNCIAS DE REVOGAÇÃO

Art. 13. Incumbirá aos quadros operacionais e fiscais subordinados ou requisitados pelo COMDEC realizar expedientes rotineiros compostos por averiguações, diligências, vistorias locais e a condução de auditorias documentais in loco perante a área instalada, com periodicidade mínima anual, servindo de escopo base para comprovar perante as autoridades, de modo inequívoco, plena eficácia e o adimplemento quanto ao efetivo cumprimento do cronograma consolidado das obras civis e alcance estipulado para o atendimento das metas de desempenho econômico e empregabilidade.

§1º As empresas beneficiárias dos incentivos previstos nesta Lei deverão apresentar à Secretaria Municipal de Governo e Planejamento, sob protocolo administrativo, relatório semestral de atividades, contendo demonstrativo detalhado do cumprimento dos compromissos assumidos no Protocolo de Intenções ou instrumento equivalente.

§2º O relatório mencionado no parágrafo anterior deverá conter, no mínimo:

I – declaração formal da empresa beneficiária quanto ao cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do programa de incentivos;

II – demonstrativo atualizado das atividades econômicas desenvolvidas no empreendimento;

III – comprovação do atendimento às metas de investimento, geração de empregos e demais condicionantes previstas nesta Lei ou nos instrumentos administrativos firmados com o Município;

IV – documentação comprobatória pertinente.

§3º O relatório deverá ser apresentado semestralmente, sendo obrigatória a apresentação consolidada até o dia 31 de março de cada exercício, relativamente ao período imediatamente anterior.

§4º A manutenção dos incentivos fiscais concedidos ficará condicionada à apresentação regular do relatório previsto neste artigo e à comprovação do cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta Lei.

§5º A ausência injustificada da apresentação do relatório ou a constatação de inconsistências relevantes nas informações prestadas poderá ensejar a suspensão preventiva dos benefícios concedidos, sem prejuízo da adoção das demais medidas administrativas cabíveis.

Art. 14. A Empresa Beneficiária que vir a demonstrar falta com seus deveres e incorrer perante quebras contratuais perderá compulsoriamente os direitos que lhe assistem à percepção de todos os incentivos fiscais deferidos, bem como, todo arcabouço material amealhado durante as tratativas.

Art. 15. Os incentivos serão revogados nas seguintes hipóteses:

I – cessação definitiva das atividades econômicas da empresa beneficiária;

II - paralisação prolongada ou finalização de parte sensível das atividades e resultando em redução severa e deliberada de suas proporções produtivas locais ou operações efetivadas fisicamente dentro do Município a níveis e margens quantificadas ou estimadas em percentuais que apontem mais de 50% (cinquenta por cento) de evasão, salvo nos casos devidamente fundamentos em motivos de força maior e

caso fortuito ou evento que afete a cadeia produtiva em grau pandêmico;

III - infração às normas legais ou regulamentares de natureza ambiental, urbanística, sanitária ou relativas ao uso e ocupação do solo, estabelecidas pela União, Estado ou Município, devidamente apurada em procedimento administrativo regular ou decisão judicial transitada em julgado;

IV - ausência de indicação do Município de Cesário Lange como domicílio fiscal da empresa para fins de recolhimento de ICMS incidente sobre mercadorias produzidas ou operações realizadas;

V - descumprimento da exigência de licenciamento, no Município, da totalidade da frota de veículos vinculada à empresa beneficiária;

VI - condenação definitiva, com trânsito em julgado, que reconheça a prática, pela beneficiária e/ou direção do grupo econômico da qual pertença, de crimes contra a ordem tributária, lavagem ou ocultação de bens e valores, evasão de divisas, corrupção, ilícitos ambientais, descaminho ou exploração de trabalho em condições análogas à escravidão.

VII – promoção, pela beneficiária, após a outorga onerosa pelo Poder Público, de alienação, cessão, transferência, permuta, locação, sublocação, fracionamento ou qualquer forma de repasse ou destinação diversa do imóvel concedido, inclusive sob o regime de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) ou direito de superfície, sem prévia e expressa autorização da municipalidade, formalizada por despacho da autoridade competente e devidamente publicada;

Art. 16. À beneficiária será assegurado o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação da municipalidade, para apresentação de justificativas, e eventual documentação comprobatória, que serão analisadas pelo COMDEC.

Art. 17. Comprovada, por qualquer interessado, a inexistência do fato que ensejou a revogação dos benefícios, os incentivos serão reestabelecidos, com efeitos retroativos à data da decisão revogatória.

Art. 18. Na hipótese de retomado o cumprimento das obrigações, documentalmente comprovado, poderá ser requerida a continuidade dos incentivos pelo seu prazo remanescente, mantendo-se a exigência dos tributos lançados durante o período revogado.

Art. 19. Os incentivos poderão ser revogados, a critério da Administração, nas seguintes hipóteses:

I - modificação da utilização ou destinação do imóvel, em desconformidade com os termos do Protocolo de Intenções aprovado e ou mudança de atividade que não possua correspondência com a inicial que ensejaram a concessão do incentivo;

II - alienação da empresa antes de decorrido o prazo mínimo de 5 (cinco) anos da concessão dos incentivos, salvo autorização expressa do Poder Executivo.

Parágrafo único. Caberá ao COMDEC deliberar sobre a manutenção ou revogação dos incentivos, considerando o interesse público e o cumprimento das obrigações previstas nesta Lei.

Art. 20. Exceto a hipótese prevista no inciso I do art. 15, a revogação dos incentivos implicará a imediata exigência dos tributos correspondentes a partir da data de publicação do ato administrativo de revogação, vedada a cobrança retroativa aos exercícios anteriores.

Parágrafo único. A vedação à cobrança retroativa não afasta a exigência dos tributos regularmente vencidos durante o período em que o contribuinte não mais cumpria os requisitos legais, caso reste comprovada má-fé ou omissão dolosa quanto à manutenção indevida dos benefícios.

Art. 21. Os incentivos serão suspensos nas seguintes hipóteses:

I – caso não sejam iniciadas as obras no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de aprovação do respectivo projeto pela Prefeitura Municipal;

II - caso não haja a conclusão do projeto de construção e o efetivo início das atividades no prazo de 2 (dois) anos, contado do início das obras, ressalvadas as hipóteses de prorrogação previstas nesta Lei.;

II – Descumprimento do percentual mínimo de contratação de mão de obra local, conforme previsto nesta Lei ou no Protocolo de Intenções.

§1º O beneficiário será notificado para apresentar justificativas e documentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, cabendo ao COMDEC, após análise, conceder prazo adicional não superior a 60 (sessenta)

dias, a depender da complexidade do caso.

§2º Durante o prazo adicional concedido, permanecerá suspensa a exigência dos tributos municipais.

§3º Não sendo concedido novo prazo ou finalizado o prazo concedido, não tendo sido cumpridas as obrigações nele previstas, os tributos suspensos passarão a ser exigíveis a partir da data do término do prazo fixado, vedada a cobrança retroativa ao período anterior, salvo em caso de comprovada má-fé ou omissão dolosa por parte do beneficiário

§4º Ocorrendo o cumprimento das obrigações após o término do prazo fixado, os incentivos poderão ser restabelecidos pelo prazo remanescente, sem prejuízo da exigibilidade dos tributos lançados a partir do término do prazo anteriormente concedido, observada a vedação à cobrança retroativa prevista no § 3º.

Art. 22. A revogação do incentivo previsto no art. 5º, inciso V, referente à execução, total ou parcial, de obras e serviços públicos de infraestrutura, implicará na exigência, ao beneficiário, do ressarcimento dos valores correspondentes, contados a partir da data da revogação, vedada a cobrança retroativa, salvo em caso de comprovada má-fé ou omissão dolosa.

Parágrafo único. Na hipótese de suspensão do incentivo referido no caput, decorrido por prazo igual ou superior a 2 (dois) anos, sem a regularização das obrigações pelo beneficiário, os valores relativos às obras ou serviços efetivamente prestados poderão ser exigidos, observadas as mesmas condições previstas no caput.

Art. 23. Em cenários de crise econômica severa ou recessão, oficialmente reconhecidos por órgãos competentes das esferas Estadual ou Federal, o COMDEC poderá autorizar a flexibilização temporária das metas de expansão e faturamento das empresas beneficiárias por até 12 (doze) meses, desde que comprovada a manutenção do quadro de funcionários existente na data do protocolo do pedido de flexibilização

CAPÍTULO VII

DA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

Art. 24. O Poder Executivo, em conjunto com os incentivos previstos, poderá outorgar a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de bens municipais, com encargos, mediante prévia avaliação e concorrência pública, cumpridos todos os requisitos previstos nesta Lei para concessão dos demais incentivos, com vigência do contrato pelo prazo de 30 (trinta) anos.

§1º O prazo de vigência poderá ser prorrogado uma vez por igual período, havendo interesse público devidamente justificado.

§2º Extinto o prazo contratual ou verificado o descumprimento das obrigações ou hipóteses de revogação ou suspensão previstas no Capítulo VI haverá a reversão imediata do imóvel ao patrimônio público, acrescido das benfeitorias, sem direito a indenização ou quaisquer outras obrigações ao Município.

3º A CDRU dependerá de avaliação prévia do imóvel, realizada por órgão técnico do Município, com valor de mercado atualizado, e justificativa formal do interesse público, a ser aprovada pelo COMDEC.

§4º A CDRU será lavrada através de instrumento que preveja obrigatoriamente a aposição de cláusulas inegociáveis de inalienabilidade, de total vedação a uso como garantia fiduciária para empréstimos não vinculados à construção da respectiva planta e de resolução condicionada gerando a reversão peremptória e automática da posse direta e propriedade do bem ao acervo patrimonial do ente público nas hipóteses supervenientes de decretação de falência, encerramento de atividades ou desvio de finalidade econômica comprovada por parte da Empresa Beneficiária.

5º A CDRU será formalizada por escritura pública e averbada no Registro Imobiliário, constando expressamente todas as exigências ao cumprimento desta Lei.

§6º As despesas cartoriais ficarão a encargo de dotações orçamentárias próprias.

§7º O Chefe do Executivo informará, sempre que requisitado, à Câmara Municipal, sobre as concessões outorgadas e a relação de imóveis do patrimônio público disponíveis.

Art. 25. O Poder Executivo poderá adquirir, mediante desapropriação consensual ou judicial, imóveis para concessão de direito real de uso, nos termos desta Lei, ou para a implantação de distritos industriais.

Parágrafo único. O disposto neste artigo ficará sujeito à comprovação da efetiva utilização para estes fins, sob pena de responsabilidade.

Art. 26. O Poder Executivo manterá, em sítio eletrônico oficial, o Portal do PRODECE, integrado ao Portal da Transparência, contendo obrigatoriamente:

- I - Relação de empresas beneficiárias e respectivos CNPJs;
- II - Valores estimados de renúncia fiscal concedida por exercício;
- III - Relatório anual consolidado de cumprimento das metas de desempenho e geração de empregos;
- IV - Atas das reuniões e deliberações do COMDEC.

CAPÍTULO VIII

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E COMPETITIVIDADE – COMDEC

Art. 27. Fica instituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Competitividade – COMDEC de Cesário Lange para, em conjunto com a Secretaria Municipal de Governo e Planejamento, Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Infraestrutura e Secretaria Municipal da Fazenda, proceder à avaliação dos requerimentos e dos Protocolos de Intenções, com vistas aos objetivos desta Lei.

Art. 28. Compete ao COMDEC:

- I - Fomentar a expansão da atividade empresarial nos diversos segmentos abrangidos por esta Lei e, especialmente pela instalação, ampliação ou abertura de filiais de empreendimentos industriais, comerciais, de prestação de serviço, logísticos, loteamentos e projetos agroindustriais;
- II - assessorar o Poder Executivo na formulação da política municipal de desenvolvimento econômico e social;
- III - promover o diálogo com órgãos públicos e entidades da sociedade civil, com o objetivo de captar as tendências, oportunidades e necessidades para o desenvolvimento econômico e aprimoramento empresarial do Município;
- IV - emitir parecer sobre a viabilidade da concessão de incentivos fiscais e não fiscais às empresas interessadas, analisando os impactos econômicos, urbanísticos e sociais local;
- V – analisar a viabilidade de execução de serviços de terraplanagem e obras de infraestrutura urbana, em terrenos destinados à instalação de empresas;
- VI - opinar sobre a necessidade de desapropriações de imóveis para instalação de novas empresas ou ampliação das existentes, que forem consideradas de interesse público;
- VII - julgar os requerimentos dirigidos ao órgão ou de sua competência legal;
- VIII - examinar os casos de revisão, suspensão ou revogação dos incentivos concedidos;
- IX - opinar sobre os pedidos de concessão e prorrogação do direito real de uso ou, ainda, reversão do bem concedido ao patrimônio público;
- X - elaborar o seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado pelo Chefe do Executivo.

Parágrafo Único. O Regimento Interno do COMDEC deverá observar as seguintes diretrizes:

- I – convocação das reuniões pela presidência, que poderá ser provocada por qualquer dos seus membros;
- II - deliberação por maioria absoluta dos membros, sobre os assuntos postos em votação;
- III - registrar em ata e arquivos adequados todas as recomendações, pareceres, votos e demais trabalhos do Conselho;
- IV - dar publicidade de suas reuniões e trabalhos.

Art. 29. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Competitividade (COMDEC) de caráter consultivo será composto de forma paritária, garantindo-se 50% (cinquenta por cento) de suas cadeiras a representantes do Poder Público e 50% (cinquenta Poder Legislativo Cesário Lange. São Paulo Avenida Três de Maio, 1300 - Centro Fone: 15 3246.1213 www.camaracesariolange.sp.gov.br por cento) a representantes da sociedade civil organizada e do setor produtivo local, com mandatos de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, e será constituído dos seguintes membros

- I - 3 (três) representantes do Poder Executivo, sendo indicados pelo Chefe do Executivo:

a) 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Governo e Planejamento; Infraestrutura;

b) 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos;

c) 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e

II - 2 (dois) representantes da Câmara Municipal, ocupante de mandato eletivo, a serem indicados pelos seus pares, observada a proporcionalidade partidária e garantido o direito de representação das minorias parlamentares;

III - 5 (cinco) representantes do empresariado de Cesário Lange, a serem indicados pelos seus pares ao Chefe do Executivo.

§1º. A presidência do COMDEC será exercida por membro do Conselho, designado pelo Chefe do Executivo.

§2º. Os membros do COMDEC não serão remunerados e serão reconhecidos como prestadores de relevantes serviços à comunidade.

Parágrafo único. A presidência do COMDEC será exercida por membro do Conselho, designado pelo Chefe do Executivo.

Art. 30. O COMDEC poderá, a seu critério, solicitar análises e pareceres de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas.

Art. 31. Compete ao Chefe do Poder Executivo regulamentar, por meio de decreto, as demais disposições relativas ao COMDEC, especialmente quanto à sua organização, funcionamento, competências, procedimentos administrativos e demais normas necessárias à fiel execução desta Lei.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. As empresas que tenham construído sede própria em período anterior à vigência desta Lei poderão usufruir dos incentivos previstos no art. 5º, limitando-se ao prazo remanescente a partir do requerimento, sem retroatividade ao início das atividades.

Parágrafo único. Considera-se prazo remanescente o período restante a partir da data do requerimento administrativo, considerando-se como início do cômputo a data em que a empresa obteve o primeiro alvará de funcionamento.

Art. 33. A mudança de endereço da empresa dentro do Município não extingue os incentivos econômicos em vigência, exceto a concessão de direito real de uso.

Art. 34. A aquisição de imóvel para fins empresariais, feita por empresa que possua em seu quadro societário um ou mais sócios da empresa alienante, locadora, cedente ou comodante, ou parentes destes até o terceiro grau, não impede a aplicação da presente Lei.

§1º A concessão dos benefícios dependerá da comprovação da efetiva instalação da atividade empresarial no imóvel, com início regular de operação, contratação de pessoal e obtenção das licenças exigidas, nos termos desta Lei.

§2º Não serão concedidos ou mantidos os incentivos nos casos em que se constate, a qualquer tempo, a existência de operações simuladas ou reorganizações societárias artificiais entre empresas vinculadas, com a finalidade exclusiva de obtenção indevida dos benefícios fiscais, ficando o beneficiário sujeito à revogação imediata do incentivo e à cobrança retroativa dos tributos devidos, acrescidos de multa e encargos legais.

Art. 35. A Prefeitura Municipal poderá, a qualquer tempo, rever o processo administrativo que culminar com a concessão de benefícios fiscais e financeiros às empresas, previstos nesta Lei, não gerando direitos adquiridos às beneficiárias o respectivo ato de concessão proferido em desacordo com a legislação vigente.

Art. 36. A concessão e manutenção dos incentivos ficam condicionadas ao cumprimento contínuo dos requisitos desta Lei, a ser verificado anualmente mediante apresentação, até o dia 31 de março de cada exercício, de declaração formal da empresa beneficiária e juntada de documentos comprobatórios.

Art. 37. A concessão de qualquer incentivo fiscal ou econômico previsto nesta lei deverá estar

acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro pela Municipalidade no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, nos termos do art. 14 de Lei Complementar nº 101/2000.

§1º. A estimativa de impacto será parte integrante do processo administrativo de concessão, devendo ser instituída por servidor responsável com a devida qualificação técnica.

§2º. A concessão de incentivos deverá estar acompanhada de medidas de compensação, por meio de aumento de receita proveniente de tributos ou corte de despesas equivalentes, indicado no anexo financeiro do ato normativo ou de decreto concessório.

Art. 38. A aplicação dos incentivos econômicos e fiscais previstos nesta Lei observará, no que couber, as normas constitucionais e infraconstitucionais supervenientes, inclusive aquelas oriundas da Reforma Tributária introduzida pela Emenda Constitucional nº 132/2023, ou norma que a suceder.

§1º A eventual substituição, unificação ou extinção de tributos municipais por tributos de competência compartilhada ou estadual não implicará, por si só, a revogação ou revogação dos benefícios instituídos por esta Lei.

§2º A adaptação da presente Lei ao novo regime tributário será realizada por meio de decreto do Poder Executivo, observada a preservação da finalidade dos incentivos e a continuidade do tratamento favorecido às atividades incentivadas.

§3º Os beneficiários não precisarão apresentar nova documentação ou requerimentos além daqueles já exigidos pelos procedimentos originários, sendo a adaptação considerada orgânica, automática e administrativa.

§4º Caberá ao Município promover, se necessário, a reclassificação técnica ou contábil dos incentivos concedidos, assegurada sua equivalência econômica e jurídica.

Art. 39. As despesas públicas e eventuais renúncias de receita decorrentes da execução desta Lei, compreendendo investimentos em infraestrutura, concessão de subsídios, aportes a fundos, incentivos financeiros, ações de capacitação e demais medidas vinculadas a programas de fomento e incubação empresarial, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, previamente consignadas no orçamento municipal, observadas as normas de direito financeiro e sob gestão do órgão competente.

Parágrafo único. Verificada a insuficiência de recursos ou a ampliação da demanda, poderá o Poder Executivo promover a suplementação, o remanejamento ou a abertura de créditos adicionais, mediante autorização legal e estrita observância à legislação orçamentária vigente, desde que demonstradas a necessidade, a viabilidade financeira e a compatibilidade com a lei orçamentária anual.

Art. 40. Por mandamento derivado da Lei de Responsabilidade Fiscal, as estimativas globais relativas ao impacto tributário, patrimonial, financeiro e creditício decursivas do PRODECE deverão figurar obrigatoriamente e compor anexos específicos integrantes das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA) do Município de Cesário Lange, compreendendo as projeções fidedignas para o exercício vigente da concessão e, prospectivamente, para os 2 (dois) exercícios fiscais subsequentes

Art. 41. O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar por meio de decreto, dispondo sobre os procedimentos administrativos, requisitos, critérios de análise, fluxos de tramitação, competências dos órgãos envolvidos e demais normas necessárias à sua fiel execução, inclusive quanto ao funcionamento das instâncias deliberativas e ao regimento interno do órgão gestor do Programa.

Parágrafo único. O decreto regulamentar será publicado no prazo máximo e improrrogável de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação desta Lei Complementar, devendo assegurar ampla publicidade aos atos normativos e observância às disposições orçamentárias, administrativas e procedimentais aplicáveis.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições legais em contrário, em especial as seguintes normas, Lei n. 402, de 27 de junho de 1985, Lei n. 875, de 30 de dezembro de 1997, Lei n. 931, de 09 de novembro de 1999, Lei Complementar n. 57, de 16 de julho de 2014 e Lei Complementar n. 79 de 3 de março de 2017.

Parágrafo único. Permanecem íntegros e válidos os atos de concessão, benefícios e incentivos regularmente formalizados antes da vigência desta Lei Complementar, os quais continuarão a reger-se pelas normas vigentes à época de sua celebração, até o término de sua eficácia.

Cesário Lange, 12 de maio de 2026.

RAMIRO DE CAMPOS

Prefeito Municipal

Registrado em livros próprios da Secretaria e publicado no Diário Oficial do Município em sua versão eletrônica.

ISADORA DE SOUZA POLES

Resp/Exp/ Secretaria

LEI COMPLEMENTAR Nº 143/2026**DE 12 DE MAIO DE 2026****(Projeto de Lei Complementar nº 03/2026)****(Autor: Poder Executivo)**

“INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTOS INDUSTRIAIS NO MUNICÍPIO DE CESÁRIO LANGE/SP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CESÁRIO LANGE**, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação federal pertinente;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cesário Lange aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA**

Art. 1º Fica instituído o Programa de Municipal de Incentivo à Implantação de Loteamentos Industriais, Centros Logísticos e de Inovação Tecnológica no Município de Cesário Lange, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico, a geração de empregos, o fortalecimento da base tecnológica local, e ordenar a expansão das áreas destinadas à atividade industrial no território municipal.

Art. 2º O Programa tem por objetivo central elevar a competitividade econômica do Município por meio do fomento à implantação de loteamentos industriais, centros logísticos e de inovação tecnológica, mediante a concessão de incentivos fiscais e urbanísticos estratégicos, possuindo como princípios norteadores e objetivos essenciais:

- I – Impulsionar a atração de investimentos de capital privado;
- II – estimular a implantação, ampliação e regularização de loteamentos destinados à instalação de atividades industriais;
- III – atrair novos empreendimentos industriais para o Município;
- IV – fomentar a geração de empregos diretos e indiretos e a ampliação da renda local;
- V – promover a diversificação e o fortalecimento da base econômica do Município;
- VI – incentivar a adequada ocupação do solo urbano e de expansão urbana destinado às atividades industriais;
- VII – contribuir para o planejamento territorial e para o desenvolvimento urbano sustentável;
- VIII – ampliar a arrecadação municipal por meio da expansão da atividade econômica.

CAPÍTULO II**DA NATUREZA DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS**

Art. 3º Às pessoas jurídicas, loteadoras, incorporadoras e consórcios desenvolvedores de projetos de parcelamento do solo que se submeterem às regras do Programa poderão ser concedidos os seguintes benefícios fiscais e urbanísticos:

- I - Suspensão da exigibilidade do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, durante o prazo de execução das obras de implantação do loteamento, observado o limite máximo de 4 (quatro) anos, contados da emissão do Alvará para Implantação de Loteamento;
- II - Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU sobre os lotes individualizados oriundos do parcelamento do solo, regular e aprovado, com base na matrícula ou inscrição municipal, pelo prazo de até 10 (dez) anos, condicionada a efetiva demonstração de comercialização dos lotes, extinguindo-se na data de subscrição ou assinatura do contrato de compra e venda ou compromisso de compra e venda."
- III - isenção condicionada do ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, nas transmissões realizadas anteriormente à aprovação do loteamento, destinadas à reorganização fundiária ou à regularização

registral da área do empreendimento, desde que previstas em protocolo de intenções e realizadas entre sociedades com identidade de sócios, exclusivamente para essa finalidade, ficando o benefício condicionado à aprovação do loteamento pelos órgãos competentes no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses contados da transferência de propriedade. Não implementada a condição no prazo, a isenção considerar-se-á automaticamente revogada, tornando-se exigível o ITBI, acrescido Edos encargos legais.

IV - Fixação da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) no patamar de 2% (dois por cento), assegurando o piso estabelecido no art. 8º- A da Lei Complementar Federal nº 116/2003, para os serviços de engenharia, terraplanagem, pavimentação e congêneres prestados exclusivamente dentro do perímetro do loteamento incentivado, sujeitando-se o presente inciso às condições resolutivas de transição da EC 132/2023 dispostas no Capítulo V desta Lei.

Parágrafo único. No caso de as obras do empreendimento ultrapassem o lapso temporal máximo de 4 anos, nos termos do inciso I, a suspensão da exigibilidade do imposto cessará, operando-se o lançamento ordinário do IPTU sobre o imóvel na forma do Código Tributário de Cesário Lange, facultando-se à Fazenda Pública efetuar o lançamento suplementar corrigido com os encargos moratórios.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DE ADESÃO AO PROGRAMA E CONDIÇÕES

Art. 4º O requerimento visando o enquadramento de qualquer projeto ao regime do Programa deverá ser instrumentalizado via formalização processual de um "Protocolo de Intenções ", instruído, inescusavelmente, pelos seguintes elementos comprobatórios:

- I – memorial descritivo preliminar pormenorizando os aspectos estruturais do loteamento, projeção demográfica e cronograma físico-financeiro global de implantação;
- II – demonstração atestada de regularidade fiscal mediante certidões negativas de débitos expedidas pelos fiscos Municipal, Estadual e Federal relativos à matriz empresarial e filiais do grupo de empreendedores;
- III – documentação técnica necessária à análise urbanística do empreendimento.

Art. 5º Para consolidar a concessão dos benefícios previstos nesta legislação, o empreendedor deverá assumir responsabilidade material objetiva em executar, integralmente às suas expensas orçamentárias - para além das diretrizes basilares da Lei Federal nº 6.766/1979 e dos condicionamentos da Lei Municipal de Parcelamento de Solo - Lei n. 1.006, de 24 de janeiro de 2002, as denominadas “Contrapartidas Urbanísticas de Adensamento Sustentável”, abrangendo obrigatoriamente, mas não limitando-se a:

- I – execução de pavimentação asfáltica de padrão rodoviário no sistema viário interno do empreendimento e nas vias implantadas pelo próprio projeto, observados os padrões técnicos definidos pela legislação municipal pertinente, podendo o Poder Público, mediante análise técnica dos órgãos competentes, estabelecer intervenções complementares destinadas à adequada integração do novo empreendimento ao sistema viário urbano existente;
- II – aparelhamento das áreas públicas, sendo facultada ao Município a supressão ou redução das áreas de sistema de lazer e institucionais em favor do adensamento produtivo, desde que o empreendedor apresente projeto urbanístico e paisagístico industrial alinhado à proposta, garantindo equipamentos urbano antivandalismo, e iluminação com eficiência energética com foco em fontes renováveis;
- III – Implantação de sistema de drenagem pluvial dimensionado com base nos estudos hidrológicos e hidráulicos constantes do projeto técnico aprovado pelo Município, podendo contemplar, quando tecnicamente necessário, dispositivos de retenção, infiltração ou controle de vazão destinados a mitigar impactos no sistema hídrico local e prevenir a sobrecarga da infraestrutura pública existente
- IV – adoção de faixas cicloviárias ou passeios acessíveis que impulsionem os modais de mobilidade não-motorizada, em interatividade com futuras artérias da municipalidade.

Art. 6º O deferimento final e assinatura do Termo de Acordo originado do Protocolo de Intenções dependerá da avaliação conclusiva de uma Comissão Intersecretarial Técnica a ser designada pelo Chefe do Poder Executivo (envolvendo áreas de Planejamento, Obras, Fazenda e Negócios Jurídicos).

Parágrafo único. A Comissão elaborará relatório técnico circunstanciado acerca da viabilidade urbanística,

econômica e fiscal do empreendimento proposto, avaliando sua compatibilidade com os objetivos desta Lei e com as diretrizes de desenvolvimento econômico e territorial do Município.

Art. 7º Os loteamentos industriais deverão possuir área total mínima de 30.000 m² (vinte mil metros quadrados), não se confundindo com a área vendável de lotes, salvo nos casos de projetos especiais aprovados por interesse público, sendo que cada lote individual não poderá ter área inferior a 500 m² (quinhentos metros quadrados), exceto quando destinados exclusivamente a edificações de apoio ou serviços técnicos do empreendimento.

Parágrafo Único. A critério do Poder Executivo, a área mínima do loteamento poderá ser reduzida em até 20% (vinte por cento) para projetos considerados de interesse estratégico ou de alta tecnologia.

CAPÍTULO IV

DA ESTRITA OBEDIÊNCIA À RESPONSABILIDADE FISCAL E DA COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 10. A concessão dos incentivos previstos nesta Lei observará o disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente quanto à estimativa do impacto orçamentário-financeiro da renúncia de receita e à sua compatibilidade com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 11. Na hipótese de ocorrência de desequilíbrio fiscal relevante ou comprometimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, devidamente demonstrado em relatórios oficiais de execução orçamentária elaborados pela Secretaria Municipal da Fazenda, o Poder Executivo poderá, mediante decreto fundamentado, suspender temporariamente o recebimento de novos pedidos de adesão ao Programa, até que sejam restabelecidas as condições de equilíbrio fiscal do Município.

Parágrafo único. A suspensão prevista neste artigo não afetará os benefícios já concedidos nem os processos administrativos regularmente protocolados antes da edição do decreto.

Art. 12. As obras de infraestrutura externas ao loteamento, executadas pelo empreendedor mediante autorização expressa do Município, poderão ser objeto de compensação proporcional com créditos tributários futuros ou cessão de uso de bens públicos, a critério do Poder Executivo e nos termos de regulamentação específica.

CAPÍTULO V

DA REGRA DE TRANSIÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Art. 13. Em estrita observância à Emenda Constitucional nº 132/2023 (Reforma Tributária Nacional) e sua ulterior regulamentação em Lei Complementar, os incentivos vinculados ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) previstos no inciso III do Artigo 3º desta Lei subordinam-se incondicionalmente à seguinte regra de transição temporal e competência:

I – O benefício fiscal incidirá validamente até a data limite de 31 de dezembro de 2032, ou enquanto o imposto matriz (ISSQN) remanescer no ordenamento jurídico sob a competência legislativa primária da municipalidade.

II – A partir de 1º de janeiro de 2033, com a imposição normativa da extinção definitiva do ISSQN e a integral assunção do sistema pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), as reduções de alíquotas referenciadas nesta Lei restarão peremptoriamente revogadas de ofício e extintas.

III – Fica expressamente vedada a transposição, transmutação, compensação ou extensão automática do incentivo outrora aplicável ao ISSQN para as futuras cobranças do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), devendo a municipalidade obedecer ao princípio da uniformidade legislativa ditado pelo Comitê Gestor Nacional.

Parágrafo único. A adaptação da presente Lei ao novo regime tributário será realizada por meio de decreto do Poder Executivo, naquilo que couber, observada a preservação da finalidade dos incentivos e a continuidade do tratamento favorecido às atividades incentivadas, ficando assegurada a revisão do equilíbrio econômico-financeiro dos protocolos de intenção em vigor no ano de 2033, em decorrência da transição para o novo regime tributário nacional (IBS/CBS).

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O empreendedor habilitado decairá do direito aos benefícios tributários concedidos por esta legislação de ofício, respondendo solidariamente pelos valores isentados atualizados sob os regramentos sancionatórios do Código Tributário Municipal, nas seguintes intercorrências capituladas:

I – desvio flagrante da finalidade ou fraude na execução material do loteamento atestado pela fiscalização competente;

II – retardamento culposo na submissão de plantas ou não acionamento dos canteiros de obras nas margens estipuladas no cronograma assinado em conjunto à edilidade;

III – paralisação continuada dos trabalhos das empreitadas por lapso temporal igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, excetuando-se as hipóteses taxativas de paralisação gerada por força maior, grave abalo sistêmico mercadológico reconhecido, restrições alheias de competência estadual (ex: CETESB) ou ordens judiciais intercorrentes imprevistas;

IV – prática de crime ambiental tipificado na lei pátria dentro das dependências das terras transacionadas e o descumprimento contumaz das diretrizes urbanísticas de impacto de vizinhança.

V – incidência em condição de inadimplência fiscal que configure inscrição na Dívida Ativa municipal pertinente a outras exigibilidades inerentes à sua titularidade em patamares equivalentes ao regramento de exclusão vigente nos Programas de Recuperação Fiscal (REFIS) de Cesário Lange.

Art. 15. O loteador deverá apresentar, até o dia 31 de dezembro de cada exercício, relação completa dos lotes transacionados no exercício, com a identificação do adquirente e referência ao lote correspondente, sob pena de responsabilidade tributária solidária em relação aos lotes ainda não transferidos.

Art. 16. Fica atribuída à Chefia do Poder Executivo Municipal a faculdade de expedir os competentes Atos Regulamentares (Decretos) complementares imprescindíveis à funcionalidade administrativa estrita e rotinas documentais exigíveis a este diploma, em até 60 (sessenta) dias transcorridos de sua veiculação oficial.

Art. 17. As despesas gerenciais que porventura emanarem com suporte na gestão desta Lei, bem como o câmputo contábil analítico de subsídios deferidos, serão absorvidos pelos elementos orçamentários apropriados descritos no balancete anual exequível da municipalidade, remanejáveis ou suplementáveis mediante disponibilidade atestada.

Art. 18. Aplica-se subsidiariamente a esta Lei, no que couber, a legislação municipal vigente de incentivos econômicos e as normas gerais de parcelamento do solo urbano.

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos sobre fatos geradores e requerimentos posteriores, ficando revogadas toda e qualquer disposição pretérita ou concorrente que preveja imunidades, isenções ou estímulos assemelhados, incongruentes ao sistema delineado.

Parágrafo único. Permanecem íntegros e válidos os atos de concessão, benefícios e incentivos regularmente formalizados antes da vigência desta Lei Complementar, os quais continuarão a reger-se pelas normas vigentes à época de sua celebração, até o término de sua eficácia.

Cesário Lange, 12 de maio de 2026

RAMIRO DE CAMPOS

Prefeito Municipal

Registrado em livros próprios da Secretaria e publicado no Diário Oficial do Município em sua versão eletrônica.

ISADORA DE SOUZA POLES

Resp/Exp/ Secretaria

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 35/2026: Contratação da Empresa DELLAZARI E BORLINA SOLUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.118.773/0001-93, para execução integral das obras de macro e microdrenagem pluvial, incluindo escavação de valas, assentamento de tubos de concreto e recomposição do pavimento asfáltico em CBUQ, na Avenida Osvaldo Vieira de Camargo (coincidente com a SP-141) e na Avenida Benedito Camargo Barros, no Município de Cesário Lange/SP, conforme os autos do processo da Concorrência Eletrônica nº 01/2026.

Data do Contrato: 12/05/2026.

Valor global: R\$ 1.063.741,80.

Vigência: 12 meses.

Cesário Lange, SP, em 12 de maio 2026.

Ramiro de Campos – Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO Nº 131/2026**NOME DO PROPRIETÁRIO : COCOZZA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA****COMPROMISSÁRIO: ALBERTO STEFANO, ELIANA APARECIDA DOS SANTOS STEFANO****ENDEREÇO: Rua Vereador Vanir Trevisan, nº 23 - Lote 07 – QG – Bº Centro - Res. Cidade Jardim - Cesário Lange/SP****PROCESSO: 531/2026**

SOLICITO seu comparecimento no prazo máximo de 02 (DOIS) dias a contar desta publicação no setor de protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE para providenciar a regularização do Auto de infração 41/2026 sob pena de não o fazendo ter os débitos inscritos na dívida ativa municipal .

Cesário Lange 12 de Maio de 2026

NOTIFICAÇÃO Nº 235/2026**PROPRIETÁRIO: FNE JARDIM PAULISTA I EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA****COMPROMISSÁRIO: LM ASSESSORIA, ADMINBISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA****CADASTRO: 03570049****ENDEREÇO: Rua Dorothéia Carlsson, Lote 02 – Quadra B - CESÁRIO LANGE****PROCESSO: 1.115/2026**

SOLICITO que providencie a limpeza do lote acima citado no prazo de 10 (dez) dias sob pena de não o fazendo ser apenado em 05 UPFM.

Cesário Lange 12 de Maio de 2026

NOTIFICAÇÃO Nº 236/2026**PROPRIETÁRIO: FNE JARDIM PAULISTA I EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA****COMPROMISSÁRIO: CSJ EMPREENDIMENTOS LTDA****CADASTRO: 03560177****ENDEREÇO: Rua Márcio Carlos Liza Curi, Lote 09 – Quadra A - CESÁRIO LANGE****PROCESSO: 1118/2026**

SOLICITO que providencie a limpeza do lote acima citado no prazo de 10 (dez) dias sob pena de não o fazendo ser apenado em 05 UPFM.

Cesário Lange 12 de Maio de 2026

NOTIFICAÇÃO Nº 237/2026**PROPRIETÁRIO: FNE JARDIM PAULISTA I EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA****COMPROMISSÁRIO: CSJ EMPREENDIMENTOS LTDA****CADASTRO: 03560197****ENDEREÇO: Rua Márcio Carlos Liza Curi, Lote 10 – Quadra A - CESÁRIO LANGE****PROCESSO: 1119/2026**

SOLICITO que providencie a limpeza do lote acima citado no prazo de 10 (dez) dias sob pena de não o fazendo ser apenado em 05 UPFM.

Cesário Lange 12 de Maio de 2026

NOTIFICAÇÃO Nº 238/2026**PROPRIETÁRIO: FNE JARDIM PAULISTA I EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA**

COMPROMISSÁRIO: CSJ EMPREENDIMENTOS LTDA

CADASTRO: 03560217

ENDEREÇO: Rua Márcio Carlos Liza Curi, Lote 11 – Quadra A - CESÁRIO LANGE

PROCESSO: 1120/2026

SOLICITO que providencie a limpeza do lote acima citado no prazo de 10 (dez) dias sob pena de não o fazendo ser apenado em 05 UPFM.

Cesário Lange 12 de Maio de 2026

NOTIFICAÇÃO N° 240/2026

PROPRIETÁRIO: RESIDENCIAL SOL NASCENTE SPE LTDA EPP

COMPROMISSÁRIO: ANTONIO VIUDES ROJAS

CADASTRO: 03420437

ENDEREÇO: Rua José Antonio Martins, s/nº Lote 283 – Quadra I – Res. Sol Nascente - CESÁRIO LANGE

PROCESSO: 622/2026

SOLICITO que providencie a limpeza do lote acima citado no prazo de 10 (dez) dias sob pena de não o fazendo ser apenado em 05 UPFM.

Cesário Lange 12 de Maio de 2026

NOTIFICAÇÃO N° 241/2026

NOME DO PROPRIETÁRIO : COCOZZA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

COMPROMISSÁRIO: ELIETE DE SOUSA SANTOS, OSVALDO NASCIMENTO SANTOS

ENDEREÇO: Rua Fortunata, nº 17 - Lote 16 – QF – Bº Centro - Res. Cidade Jardim - Cesário Lange/SP

PROCESSO: 527/2026

SOLICITO seu comparecimento no prazo máximo de 02 (DOIS) dias a contar desta publicação no setor de protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE para providenciar a regularização do Auto de infração 40/2026 sob pena de não o fazendo ter os débitos inscritos na dívida ativa municipal .

Cesário Lange 12 de Maio de 2026